

O governo Collor e o extermínio dos índios

FÁBIO FELDMANN

"Nós falamos, como eu faço agora, e pensamos que é preciso falar ainda mais da floresta, da Amazônia, de nossos povos massacrados, sitiados, encurralados como porcos num cercado."
Itabira Surui

O governo tem em mãos a proposta para a política indigenista da era Collor. Poderia ter aberto a questão para uma discussão ampliada, com a participação dos índios e dos setores que há anos dedicam-se ao estudo e à proteção dos índios no Brasil. Não o fez. Preferiu resolver o problema intramuros, burocraticamente. Conseguiu sua mais nova polêmica, não só com a sociedade, como com membros do próprio governo, inconformados com o resultado final da nova política que ajudaram a traçar. As entidades representativas dos índios e seus aliados históricos revoltaram-se sobretudo com a novidade da emancipação automática, que tira do índio a tutela especial, a menos que ele faça uma solicitação em contrário.

Se os índios não aprovam, se as instituições ligadas aos direitos indígenas não aprovam, se áreas importantes do governo não aprovam, quem, afinal, aprova a nova política indigenista proposta?

A resposta é complicada. Exige, em primeiro lugar, desvendar a falsa modernidade de uma proposta que, na aparência, a despeito dos protestos, poderia até ser interpretada como uma tentativa de resolver um problema por vias inusitadas, introduzindo racionalidade e reforçando a autonomia indígena sobre seu próprio destino. Algo como "privatizar" a questão indígena, aproximando-a da linha geral aplicada —ou desejada— pelo atual governo.

Seria confortável, se não fosse absolutamente imoral, resolver o problema com essa falsa modernidade. Emancipar o que restou das nações indígenas é ignorar que elas vivem, como afirma Itabira Surui, um cerco desumano e feroz; é contornar a gravidade da situação.

Quando chegaram os portugueses, a população indígena estimada era de seis milhões de indivíduos, agora reduzidos a menos de 240 mil, na maioria concentrados na Amazônia. Uma parte da sociedade considera-os um estorvo ao progresso e um desperdício dar tanta terra para tão poucos índios. A lógica é cínica; nunca se provou que as terras indígenas são necessárias à sociedade. Ao contrário, o que se fez nas áreas invadidas nas últimas décadas beneficiou poucos, ao custo da vida de muitos índios e da degradação ambiental.

O argumento do excesso de terras para os índios esconde que as terras produtivas no Brasil são objeto de especulação e seu uso faz parte de um modelo geral distributivo fomentador da miséria. Esse é o arcaísmo que faz as pretensões de modernidade murcharem como um balão furado. Os bodes expiatórios é que são vários, entre eles os índios e suas terras.

A agressão cometida contra os índios é, assim, parte inseparável da agressão feita à sociedade brasileira, especialmente a seus setores mais vulneráveis. A ocupação predadora da Amazônia —que dizima os índios— é a mesma que criou para a região a imagem de Eldorado e apenas conseguiu transferir para lá a nossa Biafra, expulsa de outras áreas pela inacessibilidade à terra, pelo desemprego, pela concentração de renda que nos leva, cada vez mais, para a periferia do mundo.

A integração compulsória ou aculturação e o extermínio físico quase sempre andaram juntos com a política indigenista, em especial a praticada durante o autoritarismo, até hoje impregnado no poder. Dois fatos são exemplares nesse sentido. Em 1989, o então ministro do Exército referiu-se à cultura indígena como "muito baixa e não-respeitável". Em abril de 1990, o documento "Estrutura do Poder Nacional Para o Ano 2001", da ESG —sobre o qual o governo nunca se pronunciou— admitiu o recurso extremo da guerra contra o que considerou os inimigos, em grau máximo, dos "objetivos nacionais": o narcotráfico, o contrabando, as entidades indígenas e ambientalistas.

A revelação dos principais pontos da política indigenista ora proposta nada muda. A aculturação forçada, agora sob o disfarce da opção pela tutela, permanece como tese central.

Na sessão do Tribunal dos Povos dedicada à Amazônia, recentemente realizada em Paris e na qual exerci a função de promotor, coloquei o extermínio dos índios brasileiros como genocídio programado. O juri alegou falta de prova da intencionalidade. O fato é que os índios brasileiros estão mesmo submetidos a um processo genocida, cuja intencionalidade, se não pode ser provada, também não pode ser descartada, pois quase nada se faz para evitar que o extermínio se consuma.

O atual governo tem o trunfo inegável da legitimidade das urnas e, embora não tenha primado pela coerência, mostrou que não lhe falta coragem, tão alardeada por meio da parábola do presidente perfeito. A política indigenista pode ser a constrangedora prova de que "plus ça change plus c'est la même chose"; ou um teste definitivo para os proclamados propósitos de mudança.

O assunto está agora nas mãos do ministro Jarbas Passarinho que, na Constituinte, teve uma atuação reconhecida em defesa das nações indígenas. Resta saber como o governo pretende, por exemplo, conciliar uma política baseada na emancipação/aculturação dos índios com a situação calamitosa de exploração e evasão de ouro que envolve a manipulação criminosas das multidões de garimpeiros, a invasão de terras indígenas e o contrabando —está num documento elaborado pelo Tribunal de Contas da União— que leva cerca de 60% do ouro produzido no país. Tirar a proteção devida aos índios ou condicioná-la a um pedido do interessado não é, literalmente, entregar o ouro ao bandido, ao custo da sobrevivência das nações indígenas?

Com a palavra, o ministro.